



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024033505 (PA-TJ)

Assunto: RESERVA ORÇAMENTÁRIA - Expediente do juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando reserva orçamentária para pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes para realização de perícia na ação nº 0805517-10.2023.8.15.0371, movida por RAURIKELLE DA SILVA, em face de DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO

Data da Autuação: 15/03/2024

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: **0805517-10.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **04/08/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAURIKELLE DA SILVA (REQUERENTE)		RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO (ADVOGADO)	
DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77911431	20/08/2023 09:00	Despacho	Despacho
83394190	11/12/2023 09:02	Termo de Audiência	Termo de Audiência
87195060	14/03/2024 15:12	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0805517-10.2023.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 20 de agosto de 2023.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 11/12/2023 09:02:09
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23121109020958500000078444903>
Número do documento: 23121109020958500000078444903

Num. 83394190 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2024033505, nos termos da Lei 11.419. ADME.82548.50171.50420.51540-0
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 15/03/2024 08:33

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) onze dia(s) do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três (11/12/2023), às 08h40min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, **Proc. Nº 0805517-10.2023.8.15.0371**, ajuizada por **RAURIKELLE DA SILVA** em face de **DAMIÃO JANUÁRIO DE ARAÚJO**. Aos pregões de estilo, compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s) o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Ronaldo Gonçalves Soares Sobrinho, OAB/RN 14.258 B, e o(a)(s) interditando(a)(s). **Ausente(s)/desconectado(a)(s) o(a) Dr(a). FERNANDA PETTERSEN DE LUCENA**, Promotor(a) de Justiça e membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** O(A) representante do Ministério Público e a equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença do(a) Promotor(a) de Justiça e da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a), pelo método audiovisual (**cf. mídia anexa**). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) interagiu adequadamente com o magistrado, não aparentando, aos olhos de um leigo, qualquer falta/redução de discernimento. Permaneçam os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, integrante do quadro de funcionários da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. Superada esta fase, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requirite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s)**



outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Maria Andreyna Gonçalves da Silva, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: RAURIKELLE DA SILVA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0805517-10.2023.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: RAURIKELLE DA SILVA**, CPF/CNPJ: **RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO(049.979.624-14); RAURIKELLE DA SILVA(094.164.294-14);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 14 de março de 2024

<div>EDIVANIA FERREIRA DA SILVA PAMPLONA</div> <div>Analista/Técnico Judiciário Judiciário</div> <div>Assinatura eletrônica</div>	<div>Bernardo Antonio da Silva Lacerda</div> <div>Juiz de Direito</div> <div>3ª Vara Mista de Sousa</div> <div>Assinatura eletrônica</div>
---	--



Número: **0805517-10.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **04/08/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAURIKELLE DA SILVA (REQUERENTE)		RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO (ADVOGADO)	
DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77083026	04/08/2023 09:41	Petição Inicial	Petição Inicial

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SOUSA, ESTADO DA PARAÍBA.**

RAURIKELLE DA SILVA - CURADORA, brasileira, solteira, biomédica, portadora do RG nº 003.825.345 SEDS RN e inscrita no CPF de nº 094.164.294-14, residente na Vila Jardim, s/n, Centro, Lastro – PB, CEP: 58.820-000, por intermédio de seu procurador, conforme instrumento procuratório em anexo, vem à presença de Vossa Excelência propor:

AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

observando-se o procedimento previsto nos arts. 747 a 758 do Código de Processo Civil, em face **DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO - INTERDITANDO**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 3.473.670 SSDS PB e do CPF nº 097.617.014-09, residente na Rua Sebastião Pedro de Oliveira, s/n, centro, Lastro - PB, CEP: 58.820-000, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A requerente pleiteia os benefícios da justiça gratuita (arts. 98 e 99, 4§, do Código de Processo Civil), tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

DOS FATOS

O interditando **DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO** é tio da autora, e vem sendo acompanhado pela equipe que faz parte do Centro de Atenção Psicossocial do município de Lastro - PB, conforme relatórios em anexo.



Por conta da sua deficiência mental, o interditando não está em gozo de suas faculdades mentais, condições essas que a incapacita tanto para o trabalho produtivo, bem como, para prática de atos da vida civil por si só, vez que não é capaz de discernir o certo do errado.

Cumpre ressaltar que o interditando, de fato, já se encontra sob os cuidados e responsabilidade da autora que é sua sobrinha, pessoa de reputação ilibada, não tendo nada que desabone sua imagem, estando em plenas condições físicas e mentais.

O interditando não possui bens ou rendas.

Inclusive a curadora foi notificada pelo Ministério Público Estadual, através da Notificação nº 222/3º PJ - Sousa/2023, para proceder ao ajuizamento de ação de internação involuntária em face do Sr. Damião Januário, conforme documentos em anexo.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E PEDIDOS

Ante o exposto, considerando que a pretensão da parte autora encontra respaldo no art. 1.767, inciso I, do Código Civil, bem como nos arts. 747 a 758 do Código de Processo Civil, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, 4§, do Código de Processo Civil, por ser a requerente pessoa reconhecidamente pobre na acepção jurídica do termo;
- b) a intimação do Ministério Público para que acompanhe o feito ad finem, conforme art. 178, II, do Código de Processo Civil;
- c) a antecipação da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para concessão imediata da CURATELA PROVISÓRIA, mediante compromisso;
- d) a citação do interditando, conforme artigo 751 do Código de Processo Civil, para que compareça em audiência, a ser designada pelo Juízo, em que deverá ser entrevistado, após o que, se quiser, poderá oferecer resposta no prazo legal, sob pena de se sujeitar aos efeitos da revelia;
- e) seja declarada a interdição de **DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO - INTERDITANDA**, nomeando-se como sua curadora **RAURIKELLE DA SILVA**, com os respectivos trâmites legais elencados no art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil.

Provará o que for necessário, usando de todos os meios permitidos em direito, em especial pela juntada de documentos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.320,00 (Hum Mil, trezentos e vinte reais).

Termos em que

Pede deferimento.

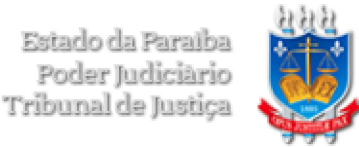
Lastro – PB, 03 de Agosto de 2023.



Ronaldo Gonçalves Soares Sobrinho

Advogado OAB/RN 14.258 B





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

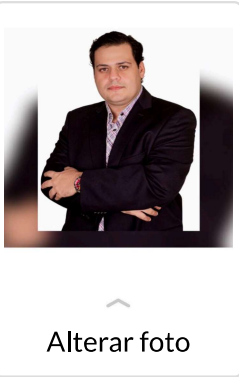
ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Pombal

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB) ▼

Município / Localidade *

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número * ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<div>✕</div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215__

Conta: *

643335_____

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.033.505

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Trata-se de requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0805517-10.2023.8.15.0371, movida por RAURIKELLE DA SILVA, CPF 094.164.294-14, em face de DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO, CPF 097.617.014-09, perante o juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, que teve os valores do anexo I atualizados pelo Ato da Presidência nº 43/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 21 de Setembro de 2022, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No art. 4º, § 1º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à

aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Como se vê o valor arbitrado não ultrapassa o limite fixado no anexo da Resolução nº 09/2017.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Assim, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhe-se os autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor solicitado de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0805517-10.2023.8.15.0371, movida por RAURIKELLE DA SILVA, CPF 094.164.294-14, em face de DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO, CPF 097.617.014-09, perante o juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários arbitrados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo respectivo em cartório e subsequente pedido de pagamento da perícia realizada.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 15 de Março de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0805517-10.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/08/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Nomeação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAURIKELLE DA SILVA (REQUERENTE)		RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO (ADVOGADO)	
DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87244117	15/03/2024 10:45	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM nº 2024.033.505 – referente a requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, para realização de perícia nos autos em referência.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n 2024.033.505

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico -

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários autos da Ação 00805517-10.2023.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 16

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico -** nos atos do processo **0805517-10.2023.8.15.0371**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 15 de março de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: **0805517-10.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/08/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Nomeação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAURIKELLE DA SILVA (REQUERENTE)		RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO (ADVOGADO)	
DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93776770	15/07/2024 11:44	LAUDO PERICIAL - 0805517-10.2023	Laudo Pericial

3



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha,

(83) 3522-6601 - Whatsapp (83) 99143-3318 e-mail sou-vmis03@tjpb.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0805517-10.2023.8.15.0371

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro (10/06/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição na 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. Alisson Barreto Fernandes, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Sousa-PB (em frente à Praça Bom Jesus), a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0805517-10.2023.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado de forma eletrônica pelo Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição e por Maria Edna Fernandes Medeiros, Analista Judiciária, Matrícula 469.114-8..

Agilio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

(assinatura eletrônica)

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB/7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

AÇÃO: INTERDIÇÃO PROCESSO Nº 0805517-10.2023.8.15.0371

REQUERENTE: RAURIKELLE DA SILVA

INTERDITANDO(A): DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

Q U E S I T O S

INTERDITANDO(A):



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 10:14:07
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061010140694400000086258484>
Número do documento: 24061010140694400000086258484

Num. 91822264 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:44:17
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511441643900000087950402>
Número do documento: 24071511441643900000087950402

Num. 93776770 - Pág. 1

Documento 7 página 2 assinado, do processo nº 2024033505, nos termos da Lei 11.419. ADME. 25414.01271.48466.61707-0
Ghaydes Maria Lyra Lins [123.468.884-00] em 15/07/2024 15:01



13/06/2024

Número: 0805517-10.2023.8.15.0371

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
91822 264	10/06/2024 10:14	<u>Termo de Compromisso</u>	Termo de Compromisso

Dr. Wilson Baneiro
Mário Roberto
15/07/2024 11:44:17



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:44:17

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511441643900000087950402>

Número do documento: 24071511441643900000087950402

Num. 93776770 - PJe 2

Documento 7 página 3 assinado, do processo nº 2024033505, nos termos da Lei 11.419. ADME.25414.01271.48466.61707-0
Geydes Maria Lyra Lins [123.468.884-00] em 15/07/2024 15:01

DAMIÃO JANUÁRIO DE ARAÚJO. RG: 3.473.670
CPF: 097.617.014-09

DAMIÃO JANUÁRIO DE ARAÚJO

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE? REVERSÍVEL.

R: SIM, DEMÊNIA POR ENCEFALOPATIA DE WERNICKE - CID-10: E51.2

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA FÍSICA.

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA SENSORIAL.

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ ENCEFALOPATIA DE WERNICKE, CID-10: E51.2, QUE É DEPENDENTE DO ALCOLISMO (FALTA DE VITAMINA B1) É TRATÁVEL E É REVERSÍVEL.

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ DEPENDÊNCIA QUÍMICA DO ALCOL, ETILISMO ATIVO, CID-10: F10.2, E ENCEFALOPATIA DE WERNICKE, QUE É DEPENDENTE DO ETILISMO.

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A DEFICIÊNCIA ATUAL É SEVERA, MAS É TRATÁVEL E TRANSITÓRIA.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: ATUALMENTE, HÁ SEVERO COMPROMETIMENTO DO ENTENDIMENTO E DO DISCERNIMENTO.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

Sousa, 12.07.24 HÁ ENCEFALOPATIA DE WERNICKE, QUE É TRANSITÓRIA, DE DEPENDÊNCIA DA FALTA DE VITAMINA B1, EM FUNÇÃO DA FALHA

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PR 7218 ROE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

NA ABSORÇÃO, DE DEPENDENTE DO ETILISMO. É SEVERO, MAS A ABSTINÊNCIA DO ALCOL E SUPLEMENTAÇÃO COM VITAMINA B1 REVERTE O QUADRO POR COMPLETELOBO, HÁ INCAPACIDADE TOTAL, MAS TRATÁVEL E REVERSÍVEL.



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 10:14:07
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061010140694400000086258484>
Número do documento: 24061010140694400000086258484

Num. 91822264 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:44:17
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511441643900000087950402>
Número do documento: 24071511441643900000087950402

Num. 93776770 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.033.505

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes-Perito Médico Psiquiatra- alissonparaiba@hotmail.com

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482, inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente, CRM sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0805517-10.2023.8.15.0371, movida por RAURIKELLE DA SILVA, CPF 094.164.294-14, em face de DAMIÃO JANUÁRIO DE ARAÚJO, CPF 097.617.014-09, perante o juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 20, foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 21/24.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482, inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente, CRM sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0805517-10.2023.8.15.0371, movida por RAURIKELLE DA SILVA, CPF 094.164.294-14, em face de DAMIÃO JANUÁRIO DE ARAÚJO, CPF 097.617.014-09, perante o juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 15 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0805517-10.2023.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/08/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Nomeação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAURIKELLE DA SILVA (REQUERENTE)		RONALDO GONCALVES SOARES SOBRINHO (ADVOGADO)	
DAMIAO JANUARIO DE ARAUJO (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93797338	15/07/2024 15:53	honorários periciais. autorização da despesa	Comunicações